



O jornalismo literário nos livros-reportagem “A Casa do Delírio” e “Holocausto Brasileiro”⁵

NUNES, Beatriz Nunes⁶

SOMMER, Vera Lucia⁷

Resumo:

O presente artigo científico analisa a presença dos recursos do jornalismo literário, a partir da Estrela de Sete Pontas de Pena (2013), nos livros-reportagem “A Casa do Delírio: reportagem no Manicômio Judiciário de Franco da Rocha” (TAVOLARO, 2002) e “Holocausto Brasileiro” (ARBEX, 2017). Ambos retratam a vida de pessoas consideradas doentes mentais, reclusas em instituições psiquiátricas brasileiras, conhecidas como manicômios. Como objetivos específicos, identifica as características do jornalismo literário nas obras citadas, aplica o método da Estrela de Sete Pontas, compara como cada autor utiliza o jornalismo literário para tratar de temas relacionados a doenças mentais e analisa as diferenças e semelhanças em cada obra. Trata-se de uma pesquisa descritiva, documental e bibliográfica, baseada no método de análise de conteúdo (HERSCOVITZ, 2007), cujos resultados evidenciam a utilização dos recursos da Estrela de Sete Pontas, bem como um tratamento humanizado por parte dos autores, uma narrativa fluida e uma descrição detalhada.

Palavras-chave: doenças mentais, manicômios, livros-reportagem, jornalismo literário, estrela de sete pontas.

Abstract:

This scientific article analyzes the presence of literary journalism resources, from Estrela de Sete Pontas de Pena (2013), in the book-reports “A Casa do Delírio: reportage in the Judiciary Asylum of Franco da Rocha” (TAVOLARO, 2002) and “Brazilian Holocaust” (ARBEX, 2017). Both portray the lives of people considered mentally ill inmates in Brazilian psychiatric institutions, known as asylums. As specific objectives, it identifies the characteristics of literary journalism in the cited works, applies the Estrela de Sete Pontas method, compares how each author uses literary journalism to deal with issues related to mental illness and analyzes the differences and similarities in each work. This is a descriptive, documentary, and bibliographic research, based on the content analysis method (HERSCOVITZ, 2007), whose results show the use of resources from Estrela de Sete Pontas, as well as a humanized treatment by the authors, a narrative flow, and a detailed description.

Keywords: mental illnesses, book-reports, seven-pointed star.

5 Artigo científico produzido para a disciplina de Trabalho de Iniciação Científica, do 6º período do Curso de Jornalismo da Univali.

6 Acadêmica e autora deste artigo científico. *E-mail:* beatriznunes@gmail.com.

7 Docente do Curso de Jornalismo da Univali e orientadora do artigo científico. *E-mail:* vsommer@univali.br.

INTRODUÇÃO

O Jornalismo Literário é um gênero que traz consigo inúmeras características que, apesar de compor a prática jornalística com apuração, pesquisa, entrevista e checagem, procura dar um tratamento narrativo diferenciado daquele tradicional fazer jornalismo. De acordo com Weise (2013, p. 01), o jornalismo literário pode ser caracterizado por cumprir “a missão de informar, preservando a essência jornalística, porém com ganho em vocabulário, estrutura narrativa e aprofundamento de conteúdo”.

Como relata Pena (2013), a interseção entre jornalismo e literatura data entre os séculos XVIII e XIX, época em que os chamados “folhetins” entraram em ascensão. Renomados escritores profissionais tomaram conta das redações de jornais para publicar histórias e críticas nos periódicos, que faziam sucesso entre o público e, claro, traziam mais lucro, por causa da publicidade. A partir da trajetória do jornalismo literário, Pena estabelece sete aspectos que diferenciam a narrativa jornalística utilizada em jornais diários daquela empregada em reportagens especiais e em livros-reportagem. A esses aspectos dá-se o nome de “Estrela de Sete Pontas”, conceito-chave utilizado ao longo do presente trabalho.

“A Casa do Delírio: reportagem no Manicômio Judiciário de Franco da Rocha” (2002) e “Holocausto Brasileiro” (2017) são obras redigidas pelos jornalistas Douglas Tavolaro e Daniela Arbex, respectivamente. Ambos são livros-reportagem que falam sobre a internação de pessoas consideradas pelo Estado e pela sociedade portadoras de doenças mentais. Neste artigo, analisa-se o conteúdo dos dois livros apresentados, utilizando-se do método de Pena (2013) sobre quais elementos presentes nas obras fazem parte do jornalismo literário e como retratam assuntos da mesma temática no papel de formas distintas, porém mantendo o interesse do leitor e a riqueza de elementos característicos de tais conceitos.

Como afirma Márcia de Oliveira Pinto (2008), pode-se dizer que a reportagem é o conto jornalístico, um modo especial de propiciar a personalização da informação ou aquilo que se indica como “interesse humano”. Ao se escrever sobre temas que envolvem a saúde pública, como as péssimas condições de vida, genocídio, tortura e a própria loucura, os autores evidenciam o processo de humanização e a importância substancial que a investigação para prestação de serviços à comunidade possui ao ser publicada.

Tais livros abordam os problemas que a saúde mental enfrentou ao longo da história no Brasil através do chamados “manicômios”, nomeados, após a reforma psiquiátrica, pelo termo “hospitais psiquiátricos”. A crueldade com que eram tratados aqueles considerados doentes mentais (muitas vezes pessoas à margem da população) chama atenção de profissionais da área da saúde e outros tipos de atores sociais que, por sua vez, se engajaram em movimentos sociais em prol da causa.

Sendo assim, o trabalho em questão tem como objetivo geral analisar a abordagem da loucura e os recursos do jornalismo literário nas obras a partir da Estrela de Sete Pontas de Pena (2013). Os objetivos específicos são identificar as características do jornalismo literário nas obras citadas, aplicar o método da estrela de sete pontas, criado por Pena (2013), comparar, nas obras, de que forma cada autor utiliza o jornalismo literário para tratar de temas relacionados a “doenças mentais” e analisar as diferenças e semelhanças em cada obra, com base no conteúdo de ambas. Esses quesitos auxiliam a responder à seguinte pergunta: de que maneira os recursos do jornalismo literário são utilizados para abordar a loucura nos livros “A casa do delírio”, de Douglas Tavolaro, e “Holocausto brasileiro”, de Daniela Arbex?

A metodologia de pesquisa utilizada para tal trabalho foi a análise de conteúdo proposto por Herscovitz (2007). Foram identificados, em cada capítulo dos livros de Arbex e Tavolaro, os conceitos do jornalismo literário empregados por Pena (2013), bem como apontadas possíveis características que, apesar de não constarem na Estrela de Sete Pontas, também constituem a prática do jornalismo literário nos livros-reportagem.

REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Livro-reportagem

De acordo com Lima (1995, p. 7), o livro-reportagem consegue, simultaneamente, tanto ampliar os temas tratados pelos meios de comunicação convencionais quanto abordar com profundidade aqueles, de certa maneira, esquecidos pelas redações.

Veículo de comunicação jornalística não-periódica, o livro-reportagem é um produto cultural contemporâneo, bastante peculiar. De um lado, amplia o trabalho da imprensa cotidiana, como que concedendo uma espécie de sobrevivência aos temas tratados pelos jornais, pelas revistas, emissoras de rádio e televisão. De outro, penetra em campos desprezados ou superficialmente tratados pelos veículos jornalísticos periódicos, recuperando para o leitor a gratificante viagem pelo conhecimento da contemporaneidade (LIMA *apud* OLIVEIRA, 2006, p. 5).

Belo (2006, p. 41) ressalta que o conteúdo do livro-reportagem já é abordado por jornais, não substituindo nenhum outro meio de comunicação. Na verdade, as técnicas utilizadas na conduta do profissional do jornalismo não se diferem em nada dos outros meios. O fato é que, academicamente, a grande reportagem escrita em forma de livro complementa a informação trazida pelos meios convencionais com uma “maior massa de informação organizada e contextualizada”, trazendo um tipo de jornalismo mais “crítico e analítico”.

2.1.1 Jornalismo Literário

Não se sabe exatamente onde ou como a prática jornalística teve início, mas, desde os primórdios, o homem exerce o papel de produtor e receptor de mensagens, sejam elas gestuais, escritas ou faladas. Com a valorização da informação em folhetins entre os séculos XIX e XX, escritores aproveitavam o espaço para escreverem “o romance, o conto, a poesia, a crônica, o teatro, substituindo o livro que era impresso em Lisboa, no Porto ou em Paris” (PINTO, 2008, p. 67).

No Brasil, autores como Machado de Assis e José de Alencar publicavam em folhetins. De acordo com Pena (2013), a literatura atrelada à mídia impressa possibilitou que o conteúdo narrativo fosse consumido por um maior contingente populacional. A prática era considerada um “bom negócio” tanto para os leitores quanto para os escritores, ao passo que não teriam tanto alcance ou vendas com seus livros quanto aquelas publicadas diária ou semanalmente em jornais. A partir daí, o estilo de escrita se adequava a determinado padrão, chamando a atenção do público e, ao mesmo tempo, suprimindo as necessidades de um texto bem escrito.

Apesar de estar incrustado na história há décadas, o advento do Jornalismo Literário como gênero, propriamente dito, só ocorreu a partir de meados do século XX, com o manifesto do Novo Jornalismo, escrito por Tom Wolfe. Nele, o jornalista deu voz aos profissionais americanos insatisfeitos com a famosa “objetividade”, que os mantinha reféns de textos curtos e padronizados, com o uso do *lead*.

Weise (2013) ressalta que o jornalismo literário traz consigo, além de uma notícia, uma história, ou seja, o jornalista não necessariamente cumpre com o estabelecido pelo padrão americano de pirâmide invertida, mas utiliza recursos comuns em livros de histórias, como a narração, descrição de lugares e caracterização dos personagens (fontes). Tal conceito vai ao encontro de quatro recursos essenciais aplicados por Wolfe: reconstruir a história cena a cena, registrar diálogos completos, apresentar as cenas pelos pontos de vista de diferentes personagens e registro de hábitos, roupas, gestos e outras características simbólicas do personagem.

Portanto, o Jornalismo Literário pode ser entendido como um gênero que une recursos do jornalismo tradicional – como entrevistas, apuração, checagem dos fatos, pesquisa de dados e uso de fontes – ao diferencial do aprofundamento da informação, imersão do repórter e, sobretudo, uma narrativa atrativa e fluida.

2.2 Manicômio e as doenças mentais

Antes de definir o que são as doenças mentais, faz-se necessário traçar um paralelo entre o termo e a palavra “loucura”. Como diz Frayze-Pereira (1984), com base na obra de Foucault (1978), historicamente a loucura foi tratada de diversas formas. Tanto que o autor estabelece

três diferentes momentos da história para explicar como que se deu a “gênese” da loucura. São eles os últimos séculos medievais (principalmente o século XV) e o século XVI, período da “grande internação”, e época contemporânea.

Até o final das Cruzadas⁸, que ocorreram entre os séculos XI e XIII, a lepra se alastrou pela Europa, fazendo com que os enfermos fossem isolados e segregados para a população em geral pensar que a doença fosse um desígnio de Deus para curá-los dos pecados e purificá-los de todo o mal que pudessem afligi-los. São, de acordo com o autor, “personagens sacros e temidos, eles expressam a cólera e a bondade de Deus” (FRAYZE-PEREIRA, 1984, p. 50). Com o fim das cruzadas e o cessar da doença, outros grupos ocuparam o lugar dos leprosos: “os pobres, vagabundos e as ‘cabeças alienadas’” (IDEM). Esses sujeitos, denominados como loucos, passaram por um novo processo de segregação e exclusão.

Os questionamentos do homem acerca da morte e da própria existência levaram-no a se apoiar nos diferentes tipos de artes. Durante o renascimento (ocorrido dos séculos XIV ao XV) a pintura, antes destinada a temas religiosos e santificados, passou a ser ocupada também por obras que tinham diferentes tipos de interpretações e significados, proporcionando aos espectadores um aprofundamento e fascínio nunca vistos antes, fenômeno que deu um novo sentido à loucura, interligando o trágico à consciência crítica.

A partir daí “a loucura acabou sendo confiscada por uma razão dominadora. E será apenas aos olhos dessa razão que a verdade da loucura será posteriormente apontada como falta, defeito, doença” (FRAYZE-PEREIRA, 1984, p. 60). Foi quando a loucura passou a ser aprisionada em hospitais. Com a ascensão burguesa, os mais pobres passaram a ser internados em instituições que, apesar do nome, não se assemelhavam em nenhum aspecto aos hospitais convencionais.

Apenas no século XIX, com o crescimento do chamado “saber científico”, que a loucura passou a ser considerada uma doença, algo que deveria ser tratado por especialistas. O fato é que, até os dias atuais, não há consenso quanto à definição de loucura. “E, para explicar a ‘doença mental’ (suas causas e evolução), alguns darão ênfase às condições orgânicas (hereditárias ou não), outros, aos conflitos afetivos ligados à história de vida do paciente e, ainda, mais recentemente, à patologia das relações interpessoais” (IDEM, p. 97).

Instituições com o intuito de aprisionar os chamados “loucos” já eram realidade antes, todavia apenas na virada entre os séculos XVIII e XIX, com a determinação de que a loucura deveria ser tratada por médicos como os demais tipos de doenças, que instituições médicas especializadas em doenças mentais foram estabelecidas.

No Brasil, por conta das várias internações em manicômios realizadas sem o devido diagnóstico médico e aos maus-tratos, iniciou-se uma reforma psiquiátrica no final da década

8 Expedições militares cristãs realizadas com o intuito de reconquistar Jerusalém.

de 1970. A reforma psiquiátrica teve inspiração nos conceitos do psiquiatra italiano Franco Basaglia, que defendeu os direitos dos internados no livro “A Instituição Negada”, de 1968. Basaglia, inclusive, é um dos personagens citados no livro “Holocausto brasileiro”, de Daniela Arbex.

No final de 1987, um documento assinado por 350 profissionais da saúde ia contra o intuito do governo na época, que era abrir mais instituições psiquiátricas. Apelidado de “Carta de Bauru” e também chamado de “Manifesto de Bauru”, em alusão ao nome da cidade onde foi escrito, o documento foi fruto do II Congresso Nacional de Trabalhadores em Saúde Mental por melhorias nas políticas públicas para os considerados doentes mentais.

Nossa atitude marca uma ruptura. Ao recusarmos o papel de agente de exclusão e da violência institucionalizadas, que desrespeitam os mínimos direitos da pessoa humana, inauguramos um novo compromisso. Temos claro que não basta racionalizar a modernizar os serviços nos quais trabalhamos (Trecho da Carta de Bauru, 1987, *on-line*)⁹.

Os esforços da comunidade de profissionais psiquiátricos foram significativos, já que resultaram inclusive na escolha do dia 18 de maio para representar o Dia Nacional da Luta Antimanicomial. Mas foi apenas em 2001 que a causa ganhou uma lei. A Lei n. 10.216, de 6 de abril, foi sancionada pelo então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso e determinava, acima de tudo, os direitos dos pacientes psiquiátricos quanto à internação, tratamento e inserção social.

Art. 3º É responsabilidade do Estado o desenvolvimento da política de saúde mental, a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais, com a devida participação da sociedade e da família, a qual será prestada em estabelecimento de saúde mental, assim entendidas as instituições ou unidades que ofereçam assistência em saúde aos portadores de transtornos mentais (Trecho da Lei n. 10.216, 2001 *on-line*)¹⁰.

E é, nesse âmbito de dificuldades, encontradas ao longo dos anos para se estabelecer boas condições em instituições psiquiátricas, que os livros analisados são ambientados. Os problemas sociais, a exclusão, o preconceito e a negligência sofrida por pacientes fizeram com que, mesmo depois de décadas, Daniela Arbex assumisse um tom de denúncia em sua obra. No seu livro sobre o manicômio de Franco da Rocha, Tavolaro ressalta, sobretudo nos últimos capítulos, como as políticas sociais de reabilitação para os doentes podem fazer a diferença dentro do ambiente hospitalar.

⁹ Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/05/manifesto-de-bauru.pdf>. Acesso em: 27 set. 2018.

¹⁰ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10216.htm. Acesso em: 28 set. 2018

“A CASA DO DELÍRIO” E “HOLOCAUSTO BRASILEIRO”

O livro-reportagem “Holocausto Brasileiro” foi escrito pela jornalista Daniela Arbex e lançado em 2013 pela Editora Geração. A narrativa retrata o passado de uma instituição que já foi considerada o maior hospital psiquiátrico brasileiro, conhecida como Hospital Colônia, na cidade mineira de Barbacena. O ponto de partida de Daniela foi uma matéria realizada pela revista O Cruzeiro, em 1961, em que eram utilizadas como ilustrações fotografias chocantes do dia a dia da instituição, realizadas pelo fotógrafo Luiz Alfredo.

O livro é marcado por várias entrevistas com ex-pacientes, funcionários e especialistas em psiquiatria e, ao longo das páginas, a informação de que mais de 60 mil pessoas foram mortas no local se torna cada vez mais real. Em 2016, o livro já havia chegado na casa de 250 mil exemplares vendidos. O sucesso da obra gerou um documentário homônimo sobre o tema produzido pela HBO MAX em 2015 que, de acordo com a própria autora, complementa o livro e vice-versa.

Já “A Casa do Delírio: reportagem no Manicômio Judiciário de Franco da Rocha” é resultado do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), em Comunicação Social da Faculdade Cásper Líbero, de Douglas Tavolaro. Sua primeira edição foi publicada pela Editora Senac São Paulo em 2002. A obra conta a história e o dia a dia, desde sua fundação em 1933, do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Professor André Teixeira Lima, conhecido como Manicômio Judiciário de Franco da Rocha. O livro obteve Menção Honrosa na edição de 2003 do Prêmio Jabuti.

METODOLOGIA

Para este trabalho, foram lidos e analisados os livros-reportagem “A Casa do Delírio” (2002), de Douglas Tavolaro, e “Holocausto Brasileiro” (2017), de Daniela Arbex, a fim de analisá-los e compará-los com base na “Estrela de Sete Pontas”, método criado por Felipe Pena (2013) para reconhecer as características do jornalismo literário nos mais diversos tipos de texto. Os itens pertencentes ao método de Pena são, de acordo com a ordem apresentada pelo autor: potencializar os recursos do jornalismo, ultrapassar os limites dos acontecimentos cotidianos, proporcionar visões amplas da realidade, exercer plenamente a cidadania, romper as correntes burocráticas do *lead*, evitar os definidores primários e garantir perenidade e profundidade aos relatos.

A metodologia de pesquisa utilizada para tal trabalho foi a análise de conteúdo proposto por Herscovitz (2007). Foram identificados, em cada capítulo dos livros de Arbex e Tavolaro, os conceitos do jornalismo literário empregados por Pena (2013), bem como apontadas possíveis características que, apesar de não constarem na Estrela de Sete Pontas, também constituem a

prática do jornalismo literário nos livros-reportagem.

De acordo com Herscovitz (2007, p. 127), a análise de conteúdo jornalístico é um método que pesquisa amostras de textos, áudios, arquivos multimídia ou qualquer outro tipo de material de cunho jornalístico com o objetivo de “fazer inferências sobre seus conteúdos e formatos enquadrando-os em categorias previamente testadas, mutuamente exclusivas e passíveis de replicação”.

Além disso, trata-se de uma pesquisa descritiva, já que procura encontrar e relatar as características do jornalismo literário nos textos, como diz Gil (2008, p. 28): “As pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Tal pesquisa também é bibliográfica pela busca de artigos e obras de diversos autores sobre temas correlatos aos tratados aqui neste artigo científico.

ANÁLISE E CRUZAMENTO DE DADOS

A seguir, a análise dos livros, de acordo com as características da Estrela de Sete Pontas (PENA, 2013), citando trechos de cada obra estudada.

3.1 Potencializam os recursos do jornalismo

A primeira “ponta” indica que, para ser um redator de jornalismo literário, deve-se considerar os recursos utilizados na prática tradicional do jornalismo. É necessário ir a fundo, explorar o potencial de cada fonte entrevistada, trabalhar na apuração de maneira que se consiga dados imprescindíveis para contextualizar a história contada e, claro, apresentar capacidade de descrição. No trecho a seguir, retirado do livro “Holocausto Brasileiro”, evidencia-se que, para obter os dados históricos de um procedimento, por exemplo, são necessários trabalhos de apuração e checagem de materiais.

A eletroconvulsoterapia existe, desde 1938, para tratamento de doenças mentais, mas seu uso, no século passado, foi muito controverso. A tecnologia do eletrochoque se modernizou há um par de décadas, sendo utilizada nos dias atuais com fins terapêuticos para alguns tipos de transtornos, como a depressão profunda, embora existam correntes contrárias ao seu uso (...) No Colônia, o choque era aplicado a seco e tinha características semelhantes à tortura. (ARBEX, 2017, p. 36).

Tanto Arbex (2017) quanto Tavolaro (2002) cumprem com os requisitos apresentados pelo autor do livro “Jornalismo Literário” (PENA, 2013). Ambos coletaram números importantes que os auxiliaram na escrita dos livros, fazendo com que o texto dispusesse de uma camada maior de veracidade e tornasse o relato mais real, plausível de ter realmente acontecido. Os dados foram, em sua maioria, obtidos em arquivos dos próprios hospitais, tais como prontuários, laudos psiquiátricos, registros de compra e venda e também de levantamentos de informações

históricas e entrevistas com funcionários, ex-funcionários, pacientes e ex-pacientes. Fruto de muita pesquisa, investigação e entrevista.

Aliás, as fontes são aproveitadas ao máximo nos livros, no sentido de ouvidas, questionadas e comparadas e cruzadas diversas vezes com registros formais. Em “Holocausto Brasileiro”, sentimentos vividos pelos pacientes e funcionários no passado são descritos de maneira que o leitor imagina ele mesmo naquela experiência, ou, pelo menos, que parece ter presenciado tudo. Além disso, a autora apresenta diálogos completos baseados nos relatos das personagens, humanizando os fatos apurados e dando maior verossimilhança à narrativa.

Outro ponto que caracteriza as obras como frutos do jornalismo literário é a descrição que só faz sentido se o autor atribuir significados aos símbolos e “tiver a sensibilidade para projetar a ressignificação pelo leitor” (PENA, 2013, p. 55). Ao longo do trecho da obra de Tavolaro, é possível imaginar o ambiente do Centro de Tratamento Intensivo (CTI), local para onde são levados os pacientes mais complicados de lidar. Cada característica apresentada sobre o local está relacionada com acontecimentos corriqueiros no manicômio, dando ao leitor uma visão ampla e aprofundada daquele ambiente.

No CTI, a luz parece tão ofuscada como a vertigem de J.R. As celas, cubículos com pouco mais de 3 m de comprimento por 2 m de largura, são iluminadas por uma lâmpada bem fraca, embutida no teto, e os portões de aço estão descascados pela incontável quantidade de socos, chutes e cabeçadas. Chamuscados de fumaça nas paredes, causados pelas tentativas de incendiar colchões, quebram o tom da pintura em cinza e branco (TAVOLARO, 2002, p. 93).

Douglas Tavolaro também relaciona passado e presente, contando a história das fontes como pano de fundo para o que as levou até ali. Porém, com um diferencial: enquanto as histórias dos internados no Colônia de Barbacena (ARBEX, 2017) ocorreram entre as décadas de 1930 e 1980, as dos pacientes do Juqueri (TAVOLARO, 2002) ocorrem simultaneamente à escrita de “A Casa do Delírio”. O autor apresenta os pontos de vista dos pacientes enquanto internos, com uma visão referente à realidade vivenciada àquela época, por isso mais próxima e atual. Tavolaro mergulhou na história com ela ainda acontecendo, enquanto Arbex visita e revive o passado, retoma o cenário, trazendo-o à atualidade.

3.2 Ultrapassam os limites dos acontecimentos cotidianos

Uma das principais características do jornalismo diário é a periodicidade. Entretanto, em grandes redações jornalísticas, em que o tempo é curto e a demanda alta, o repórter tem dificuldades para produzir um texto mais completo, que não seja tão factual, mas inédito e diferencial. Por essa razão, esse é o segundo item apresentado por Pena (2013). Apenas pelo fato de retratar acontecimentos após tantos anos, Arbex ultrapassa os limites da periodicidade e da atualidade. Relatos extensos das vítimas e ex-funcionários, fontes de informações precisas, mesmo com o decorrer do tempo e resgate de sentimentos vividos no passado, porém ainda

presentes, fazem com que seu texto tenha um caráter atemporal, como um livro de história, por exemplo.

Sessenta mil pessoas perderam a vida no Colônia. As cinco décadas mais dramáticas do país fazem parte do período em que a loucura dos chamados normais dizimou, pelo menos, duas gerações de inocentes em 18.250 dias de horror. Restam hoje menos de 200 sobreviventes dessa tragédia silenciosa. [...] E é pelo olhar das testemunhas, das vítimas e de alguns de seus algozes que a história do Holocausto Brasileiro começa a ser contada (ARBEX, 2017, p. 26).

No caso de Tavolaro, o rompimento com o jornalismo diário se dá principalmente pela vasta introdução do histórico do Manicômio Judiciário de Franco da Rocha, que se dá na primeira parte do livro, intitulada “Memória dos Loucos” e com extensão de 49 páginas.

No primeiro dia de janeiro de 1934, o Manicômio de Franco da Rocha recebeu seus hóspedes inaugurais. Eram 150 doentes mentais criminosos, todos homens, que estavam até então confinados em uma sala isolada do Juqueri. Durante décadas, os nomes desses pacientes ficaram perdidos nos arquivos empoeirados do manicômio (TAVOLARO, 2002, p. 30).

É importante lembrar que, em ambos os livros aqui analisados, acontecimentos do passado são lembrados pelos jornalistas. Entretanto, cada revelação feita pelas fontes ouvidas é uma novidade, e, embora não seja passível de furo em jornais diários, ganha notoriedade nessas obras jornalísticas.

3.3 Proporcionam uma visão ampla da realidade

Esta característica não necessariamente cobra dos jornalistas literários um conhecimento pleno da realidade, mas o aprimoramento das técnicas utilizadas no jornalismo, já que, em um livro-reportagem, há um tempo maior destinado a pesquisas e busca por informações que contextualizam a obra. “Para isso, é preciso mastigar as informações, relacioná-las com outros fatos, compará-las com diferentes abordagens e, novamente, localizá-las em um espaço temporal de longa duração” (PENA, 2013, p. 14).

Em “Holocausto Brasileiro”, a autora explora o histórico da instituição e relaciona dados levantados, como o tamanho da instituição e número de pacientes, com relatos das fontes. Ao relatar a impotência de funcionários em relação ao que acontecia dentro do manicômio, Arbex aproveita e discorre sobre as administrações públicas que regeram o estado e o país ao longo das décadas. Ao contar a história de duas ex-internas, que, ao saírem do Colônia, receberam benefícios do governo, a jornalista mineira fala um pouco sobre os programas sociais existentes para quem habita residências terapêuticas. Estes e diversos outros exemplos fazem parte da narrativa da obra.

– Está chegando mais um “trem de doido” – gritou um funcionário do hospital.

A parada da estação Bias Fontes era a última da longa viagem de trem que cortava o interior do país (...) A expressão “trem de doido” surgiu ali. Criada pelo escritor Guimarães Rosa, ela foi incorporada ao vocabulário dos mineiros para definir

algo positivo, mas, à época, marcava o início de uma viagem sem volta ao inferno (ARBEX, 213, p. 26-28).

A partir de pesquisas em prontuários, recortes de manchetes jornalísticas, acesso ao exame de sanidade mental e entrevista com o psiquiatra da época, Tavolaro contou a história de vida do famoso “Bandido da Luz Vermelha”, João Acácio Pereira da Costa. Condenado por quatro assassinatos e 77 assaltos, ficou preso por 30 anos em diferentes locais, entre eles o manicômio de Franco da Rocha. Em 1997, o Bandido da Luz Vermelha foi solto após o exame psiquiátrico afirmar que se encontrava em plenas condições mentais, sendo assassinado quatro meses depois em Joinville, onde residia sua família.

Contrariando o parecer positivo, João Acácio deixou Taubaté sem dizer uma única frase conexa. O lendário bandido mal se lembrava de se chamar João. Ganhou o caminho da liberdade em meio ao polêmico debate sobre a avaliação de sua doença (TAVOLARO, 2002, p. 70).

O que Tavolaro enfatiza é a possibilidade dos peritos terem se equivocado naquele laudo, o que muda a perspectiva com que João Acácio costumava ser visto. E isso levanta uma questão ao leitor: a possibilidade de que os anos a fio, cumprindo pena, tenha deteriorado mais ainda sua saúde mental, e do suposto “erro” dos peritos ter custado, depois da soltura, sua própria vida.

3.4 Exercitam a cidadania

A quarta característica da Estrela de Sete Pontas deve ser praticada em todos os gêneros da prática jornalística. Pena (2013, p. 14) estabelece que, na hora de definir o tema, o jornalista “deve pensar em como a sua abordagem pode contribuir para a formação do cidadão, para o bem comum, para a solidariedade”. E ambos os autores analisados cumprem com este quesito.

Arbex (2017) trabalha um tom de denúncia em praticamente toda a sua reportagem. Durante o final do capítulo III, por exemplo, a autora visita o cemitério onde estão enterradas as vítimas do chamado “holocausto”. O relato, que se entrelaça às imagens dos túmulos e da carrocinha onde os cadáveres eram colocados, está carregado de emoção e sentimento. Falar sobre aqueles corpos, enterrados como excluídos e indigentes, evidencia o caráter cidadão do livro.

Esse é o local onde são mantidos os 60 mil mortos do Colônia. Enterradas em covas rasas, as vítimas de tratamento cruel não alcançaram respeito nem na morte. Seus túmulos vêm sendo depredados ao longo do tempo, e nem mesmo os ossos revelados conseguiram reverter o descaso imposto aos excluídos sociais (ARBEX, 2017, p. 65).

Tavolaro (2002) também expressa nuances de denúncia, apesar de seu livro-reportagem apresentá-las de maneira mais velada. A razão disso seria o foco narrativo da obra, que engloba as histórias de vida dos internos, para que o leitor os perceba como seres humanos comuns, não como assassinos.

A mutilação da cidadania, no entanto, prevalece por ordem na própria legislação brasileira. O Código Civil considera os doentes mentais de todo o gênero absolutamente incapazes. Pacientes de manicômio não podem votar, casar, ou exercer qualquer outro direito civil. A incapacidade se estende aos estrangeiros encarcerados em Franco da Rocha, já que quase todos acabam se naturalizando brasileiros depois de internados (IDEM, p. 80).

O fato é que, em “A Casa do Delírio”, a cidadania não se dá apenas em atos de denúncia, mas na humanização de cada paciente; na sua história antes de cometer o crime, e não a que vem após a internação. Tavolaro equilibra os relatos de crimes de histórias dramáticas com empatia. Marcelo Coelho, autor do prefácio de “A Casa do Delírio”, ressalta tais características quando diz que o jornalista “escreveu-o com leveza, com humor, com interesse autêntico pelo que vê; formas, sem dúvida, de uma virtude (...): a simpatia” (IDEM, p. 15).

3.5 Rompem com as correntes do lead

O *lead* ou “lide” faz parte do tradicional jornalismo norte-americano do século XX que prega os preceitos da “objetividade”. De acordo com esse preceito, o profissional deve responder a seis perguntas logo no primeiro parágrafo de uma notícia ou reportagem: O quê? Quem? Quando? Onde? Como? e Por quê?. Para Pena (2013, p. 15), é preciso “fugir dessa fórmula e aplicar técnicas literárias de construção narrativa”.

Tavolaro (2002) não trabalha seus textos em capítulos, mas em partes subdivididas em títulos, ou tópicos. O primeiro parágrafo de cada tópico é uma introdução sobre o assunto o qual vai tratar, apresentando fatos históricos, narrando algum relato que colheu de pacientes ou descrevendo impressões que teve ao visitar determinado local.

O romance entre os pacientes não termina com os bailes entusiasmados. Inúmeros casais mantêm encontros periódicos durante semanas, meses e até anos consecutivos. A relação se mantém por meio de cartas e encontros fortuitos, que acontecem segundo o calendário de atividades de recreação das colônias masculina e feminina. Há relacionamentos tão sólidos que surpreendem os psiquiatras e a própria direção do hospital. A paixão é um fogo que arde, talvez com a intensidade cantada por Camões, no Manicômio Judiciário (IDEM, p. 124).

Arbex (2017) segue na mesma linha, com a diferença de que seus parágrafos, os primeiros de cada capítulo, são mais longos. As entradas estão repletas de descrição: este é um dos pontos fortes da autora, que já inicia sua narrativa chamando atenção do leitor, convidando-o a saber mais daquela história que, mesmo triste, precisa ser conhecida.

Fome e sede eram sensações permanentes no local onde o esgoto que cortava os pavilhões era fonte de água. Nem todos tinham estômago para se alimentarem de bichos, mas os anos no Colônia consumiam os últimos vestígios de humanidade. Além da alimentação racionada, no intervalo entre o almoço e o jantar, servidos ao meio-dia e às 5 horas da tarde, os pacientes não comiam nada. O dia começava com café, pão e manteiga distribuídos somente para os que estivessem na fila. A alimentação empobrecida não era a única a debilitar o organismo. Apesar de o café da manhã ser fornecido às 8 horas, três horas antes os pacientes já tinham que estar de pé. Eles seguiam para o pátio de madrugada, inclusive nos dias de chuva (IDEM, p. 47).

Os dois trechos reproduzidos anteriormente são primeiros parágrafos de capítulos em sua íntegra. É possível perceber a dramaticidade no parágrafo de Arbex (2017) e um certo tom humorístico com o uso da referência ao poeta Camões no parágrafo de Tavolaro (2002). Ambos foram desenvolvidos ao longo da parte ou capítulo no qual estão inseridos, não revelando os principais pontos a serem explanados logo no início, como costumam os lides.

3.6 Evitam os definidores primários

Os definidores primários são as chamadas “fontes oficiais”, geralmente autoridades detentoras de cargos públicos, tomadas pela imprensa como aquelas que legitimam a autenticidade das informações prestadas. No entanto, quando se trata de uma obra de jornalismo literário, pessoas comuns como vítimas, testemunhas, algozes e outras fontes, que fizeram ou fazem parte da história contada, proporcionam um caráter mais amplo, com diversos pontos de vista abordados e levados em consideração.

As duas obras analisadas apresentam algumas fontes oficiais, embora em proporção menor do que a de pacientes e ex-pacientes, funcionários e ex-funcionários dos manicômios e pessoas que, direta ou indiretamente, integram a narrativa. Exemplo disso é o capítulo dedicado à história de Luiz Alfredo, fotógrafo da revista O Cruzeiro, que registrou as fotografias que ilustram o livro “Holocausto Brasileiro”.

O fotógrafo da revista O Cruzeiro estava prestes a registrar as imagens mais dramáticas de sua carreira, embora não soubesse disso, quando se deparou com o portão de ferro que daria acesso ao interior do Colônia, em Barbacena, naquele abril de 1961. Acompanhado do colega José Franco, ele viajou para a cidade dos loucos, depois que o chefe da redação, Eugênio Silva, descobriu que o então secretário de Saúde do governo Magalhães Pinto, Roberto Resende, estava preparando uma varredura na área da saúde, principalmente na instituição da cidade natal de José Bias Fortes, que acabara de deixar o governo mineiro. Aos vinte e oito anos, Luiz Alfredo escreveria seu nome na história (ARBEX, 2017, p. 169).

Uma das características de “Holocausto Brasileiro” é explanar o que o entrevistado disse em forma de “contação de história”. Em certas ocasiões, como no capítulo do trecho apresentado anteriormente, não há travessões ou aspas evidenciando falas do fotógrafo na entrevista. Em vez disso, a autora simula diálogos ocorridos no passado, a partir do depoimento das fontes.

Já Tavolaro (2002) prefere manter a discrição da maioria das fontes. Como são pacientes internados por crimes (entre eles assassinatos), o autor mantém em sigilo a identidade da pessoa, citando apenas as iniciais do nome ou o apelido pelo qual é conhecido dentro da instituição. Por vezes, como a autora de “Holocausto Brasileiro”, ele escolhe funcionários e ex-funcionários para relatar o que viveram no ambiente.

Superar a rotina hostil do manicômio é o maior obstáculo para quem aceita o desafio de trabalhar com doentes criminosos. Um ex-agente penitenciário da Casa de Detenção de São Paulo, Orlando da Silveira Júnior, agora em Franco da Rocha, conta que, no

início desse emprego, ao voltar para casa, sua mulher lhe perguntava como tinha sido o dia de trabalho, e ele simplesmente dizia: ‘Bom’. Desconversava, em velocidade que queria ser maior que a do trem que o leva do trabalho para Perus, bairro onde mora com a família (TAVOLARO, 2002, p. 84).

Mostrar a rotina de um funcionário, falar sobre o que psiquiatras e psicólogos enfrentam ao tratarem de doentes mentais, trazer à tona histórias contadas pelos próprios pacientes e explanar o lado vivido por um profissional da imprensa fazem com que o trabalho dos autores seja rico de detalhes, pontos de vista e trajetórias. Como qualquer história não tem apenas um lado, os jornalistas usaram as apurações, seguindo a sexta ponta da estrela de Pena (2013).

3.7 Garantem perenidade e profundidade dos relatos

Estabelecer uma marca no âmbito jornalístico é objetivo de qualquer reportagem. E, para isso, é preciso profundidade nas informações relatadas, a última ponta estabelecida por Pena (2013). “Holocausto Brasileiro” foi um dos livros mais comentados no ano de lançamento e, por meio dele, foi possível vivenciar, mesmo que através de suas páginas, parte da história que envolveu o Colônia de Barbacena e seus 60 mil mortos. Em vários momentos, a narrativa da jornalista torna-se única por evidenciar dados tão pouco explorados anteriormente.

O fato é que a história do Colônia é a nossa história. Ela representa a vergonha da omissão coletiva que faz mais e mais vítimas no Brasil. Os campos de concentração vão além de Barbacena. Estão precariamente em muitas outras cidades brasileiras. Multiplicam-se nas prisões, nos centros de socioeducação para adolescentes em conflito com a lei, nas comunidades à mercê do tráfico. O descaso diante da realidade nos transforma em prisioneiros dela. Ao ignorá-la, nos tornamos cúmplices dos crimes que se repetem diariamente diante de nossos olhos. Enquanto o silêncio acoberta a indiferença, a sociedade continuará avançando em direção ao passado da barbárie. É tempo de escrever uma nova história e de mudar o final (ARBEX, 2017, p. 255).

A maneira de Tavolaro (2002) escrever, quase como se encaixasse sua digital no texto, mantém, em equilíbrio, humor e drama, romance e corações partidos, passado e presente, e imprime o atestado de garantia da obra.

A loucura irreversível faz parte da realidade em Franco da Rocha. Na categoria dos que morreram na instituição, está o paciente mais antigo do hospital, E.T.F, conhecido como Sansão. Ele tinha 57 anos e viveu 34 no Manicômio Judiciário. Seu passatempo predileto era passear pelos pavilhões cantarolando sucessos de Nelson Gonçalves. Assim decorreu a conversa dele com o repórter por alguns dias na segunda semana de setembro de 2000. Entre perguntas e respostas – muitas vezes desconexas – foi possível conhecer os dramas e as alegrias de Sansão, além de recordar boa parte do repertório de Nelson Gonçalves (TAVOLARO, 2002, p. 98).

Esse e outros encontros e entrevistas com pacientes, enquanto ainda vivos e internados, tornam-se registro documental e histórico. E, em razão de tais registros, não apenas para o andamento do livro, mas de interesse público, o conteúdo dos livros faz-se perene, duradouro e contínuo, um assunto que rende novas pautas, retrancas e suítes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo geral a análise dos recursos do jornalismo literário nas obras “A Casa do Delírio: reportagem no Manicômio Judiciário de Franco da Rocha” (TAVOLARO, 2002) e “Holocausto Brasileiro” (ARBEX, 2017), a partir da Estrela de Sete Pontas. Os resultados apontam que ambos autores apresentaram em seus livros-reportagem as características apontadas por Pena (2013). Quanto aos objetivos específicos, identificou-se as características do jornalismo literário nas obras citadas, aplicou-se o método da Estrela de Sete Pontas, comparou-se como cada autor utiliza o jornalismo literário, para tratar de temas relacionados a doenças mentais, e analisou as diferenças e semelhanças em cada obra. Além de cumpri-los, pois discutiu-se a abordagem dos jornalistas sobre doenças mentais e loucura, deixando evidente um tratamento jornalístico humanizado, apesar de haver algumas diferenças.

De acordo com a análise das obras de Daniela Arbex e Douglas Tavolaro, a partir da Estrela de Sete Pontas de Pena (2013), os autores apresentaram seus textos com as sete características que integram o método. Além disso, valeram-se de outros elementos do Jornalismo Literário credenciados por autores renomados, como os diferentes tipos de abertura de Sodré e Ferrari (1986) e a presença de diálogos e ponto de vista de uma terceira pessoa, de Wolfe (2005).

A doença mental é considerada um tabu para a sociedade mesmo no século XXI, sendo pouco abordada em peças jornalísticas. O tratamento humanizado, real e não-estigmatizado contribuiu para a seriedade do trabalho dos autores analisados. Arbex (2017) desenvolveu o tema delicado com a denúncia, revolta com a falta de dignidade humana e forte presença investigativa; Tavolaro (2002) soube dosar os trocadilhos e o humor com sua ampla bagagem de referências, não se esquecendo do lado social e de prestação de serviços, intrínsecos ao propósito de seu trabalho, tornando os internos pessoas como quaisquer outras, com rotinas, hábitos e histórias de vida.

Sem o livro de Daniela Arbex, não se saberia – ou se demoraria mais ainda para saber – que o que aconteceu em Barbacena foi um genocídio, comparável ao que Adolf Hitler e suas tropas praticaram na Alemanha dos anos 1930 e 1940. Sem a obra de Douglas Tavolaro, a excentricidade e a rotina de um manicômio judiciário não seriam conhecidas. A imersão de ambos os autores na narração proposta por cada um cumpre com os requisitos para, no mínimo, uma grande reportagem padrão.

Pode-se dizer que os recursos do Jornalismo Literário, para abordar a loucura nas obras analisadas, foram utilizados de maneira lúcida e responsável, já que ambos os autores ignoraram chavões, clichês ou apelos para realizar as reportagens. Os diálogos retratam o relato da maneira mais próxima possível, a descrição é detalhada e completa, os personagens bem construídos e a narrativa, fluida. É perceptível o uso aprofundado dos recursos do jornalismo tradicional nas obras, tais como checagem, apuração, entrevistas, pesquisas e levantamento de dados. As obras analisadas não estarão entre as folhas utilizadas para “embalar o peixe na feira”, como diz Pena (2013).

Relatar em centenas de páginas algumas das milhares de histórias vividas em hospitais psiquiátricos é um exercício que requer empenho, dedicação, investigação, pesquisa e diversas entrevistas. Saber absorver as informações apuradas e o momento de correlacioná-las aos fatos abordados, de maneira que o público ouça os barulhos, sinta os toques e testemunhe os acontecimentos pelas páginas, o que é imprescindível para a prática do jornalismo literário.

No âmbito acadêmico, este estudo pode contribuir para que outros trabalhos científicos, em relação à abordagem realizada pelos jornalistas acerca das doenças mentais, integrem o rol de pesquisas sobre saúde e utilidade pública. Com mais trabalhos sobre a abordagem jornalística de temas tão delicados como esse, e tantos outros, a sociedade se beneficia com conhecimento e informação, abrindo portas para incentivo à cobertura jornalística de profundidade e qualidade e o exercício da cidadania.

REFERÊNCIAS

ARBEX, Daniela. **Daniela Arbex**. Disponível em: <http://www.danielaarbex.com.br>. Acesso em: 28 out. 2018.

Holocausto Brasileiro: genocídio: 60 mil mortos no maior hospício do Brasil. 19. ed. São Paulo, Sp: Geração Editorial, 2017.

BAURU, Carta de. Bauru, SP, 1987. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/05/manifesto-de-bauru.pdf>. Acesso em: 28 set. 2018.

BELO, Eduardo. **Livro-reportagem**. São Paulo: Contexto, 2006.

BOND, Frank Fraser. **Introdução ao jornalismo**. Rio de Janeiro: Agir, 1962.

FRAYZE-PEREIRA, João. **O que é loucura**. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984. Disponível em: <http://files.enfermeiros-unemat.webnode.com/200000031-14448153f0/O%20Que%20%C3%A9%20Loucura.pdf>. Acesso em: 28 set. 2018. GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesqui-sa-social.pdf>. Acesso em: 28 set. 2018.

HERSCOVITZ, H. G. Análise de conteúdo em jornalismo. *In*: LAGO, C.; BENETTI, M. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas Ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. 4. ed. São Paulo: Unicamp, 1995.

PENA, Felipe. **Jornalismo literário**. São Paulo: Contexto, 2013.

PINTO, Márcia de Oliveira. **O jornalismo como gênero literário.** Revista Contexto, Rio Grande do Norte, v. 3, n. 3, p. 59-72, 2008. Disponível em: <http://periodicos.uern.br/index.php/contexto/article/viewFile/45/43>. Acesso em: 28 set. 2018.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Congresso. Câmara dos Deputados. Constituição (2001). **Lei n. 10.216**, de 06 de abril de 2001. Brasília, DF, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10216.htm. Acesso em: 28 set. 2018.

ROSSI, Clovis. **O que é jornalismo.** 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SOUSA, Rainer Gonçalves. **“Renascimento”:** *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/renascimento.htm>. Acesso em: 17 nov. 2018.

TAVOLARO, Douglas. **A casa do delírio:** reportagem no Manicômio Judiciário de Franco da Rocha. 3. ed. São Paulo: Senac, 2002.

WEISE, Angélica Fabiane. Jornalismo Literário: análise de reportagens de José Hamilton Ribeiro na revista Realidade. **Revista Anagrama: Revista Científica Interdisciplinar da Graduação**, São Paulo, v. 6, n. 3, p. 1-16, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/>. Acesso em: 28 set. 2018.